
RESUMO EXECUTIVO - REUNIÃO DEFESA PROFISSIONAL DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2021

Local: Via Web

Horário: 19:30 – 21:30

Coordenação:

Dr. César Eduardo Fernandes – Presidente Associação Médica Brasileira

Dr. José Fernando Macedo – Diretor de Defesa Profissional AMB

Convidados: Presidentes e Diretores de Defesa Profissional das Sociedades de Especialidade Médica e Federadas

Assunto: Apresentação das propostas de trabalho Defesa Profissional AMB

Dr. César Fernandes, Presidente da AMB após cumprimentar os presentes, abriu os trabalhos falando da importância da participação das Sociedades de Especialidade Médica e das Federadas nas ações de defesa profissional, trazendo demandas e sugestões à AMB. Cita a criação de canais específicos para comunicação/ofícios. Informa que as ações de Defesa Profissional são muitas e que haverá um organograma da Diretoria de Defesa Profissional com um núcleo gestor, um “núcleo duro”, coordenado pelo Diretor Dr. José Fernando Macedo.

Em seguida foi feita a apresentação, material em anexo, do Diretor de Defesa Profissional da AMB, Dr. José Fernando Macedo com o diagnóstico situacional e as propostas de trabalho nos próximos meses e anos. Cita sua participação recente no webinar da Sociedade Brasileira de Anestesiologia SBA e do conhecimento da criação do Núcleo de Gestão do Trabalho do Anestesiologista (NGTA) que tem o propósito de promover ações transformadoras da vida do anestesiologista por meio da educação e formação nas concepções atuais de gestão em saúde, propondo trazer esta ideia para as demais Sociedades e Federadas.

Logo após a apresentação dos slides, foi aberta a discussão aos inscritos:

Dr. Marun David Cury da Associação Paulista de Medicina APM apontou temas críticos como a Reforma Tributária PEC 45/2019 que deverá atingir os prestadores de serviços, incluindo os médicos; o crescente número de Escolas Médicas e a existência da Frente Parlamentar Mista para Ampliação dos Cursos de Medicina presidida pelo Deputado Zeca Dirceu; do Projeto de Lei 4667/2020 do Deputado Eduardo Costa PTB/PA para o exame de Suficiência em Medicina; o Revalida; o SUS e a Saúde Suplementar, citando a Lei 13003/2014 que não foi devidamente regulamentada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS e adotou o IPCA como índice ANS de reajuste e hoje as operadoras oferecem frações do IPCA no reajuste anual. Atualmente a consulta médica deveria ser no mínimo de R\$180,00/R\$190,00. A CBHPM e a necessidade de uma visão crítica sobre os novos modelos de remuneração, modelos impositivos de pacotes pelas operadoras de planos de saúde que estão se tornando grandes conglomerados, citando o exemplo da junção do Grupo NotreDame Intermédica GNDI e Hapvida. Fala da importância da participação e envolvimento da Diretoria de Assuntos Parlamentares da AMB, Diretor Dr. Luciano Gonçalves de Souza Carvalho e da revitalização do Instituto Brasil de Medicina IBDM.

Dra. Luciana Rodrigues Silva, 1ª Vice Presidente da AMB, colocou a importância de ouvir a opinião de todos e construir caminhos. Espera receber a contribuição de todos.

Dr. Florisval Meinão da APM cita as dificuldades dos médicos em seus postos de trabalho sem as devidas garantias trabalhistas, inclusive na aposentadoria. Nesta pandemia Covid-19 o médico mostrou seu valor, e não pode ser tratado sem a devida valorização profissional. Na Saúde Suplementar os honorários médicos não acompanharam a inflação e a renda deteriorou muito. Em 2009 a CBHPM deu código e descrição para a Terminologia Unificada da Saúde Suplementar TUSS. Deve existir um trabalho ativo com a ANS para hierarquização da TUSS com adoção da CBHPM. As entidades médicas devem lutar para retomar a CBHPM nas negociações e ações para não haver autuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica CADE, como a CBHPM previsto em Lei, citando o Projeto de Lei 3466-A/2004 do Deputado Inocêncio Oliveira. Sugere criação de grupos com a participação de Federadas e Sociedades de Especialidade. Devem buscar a melhoria na qualidade assistencial em saúde da população brasileira e buscar apoio da sociedade civil.

Dr. Giuseppe De Luca Jr., da Sociedade Brasileira de Cirurgia de Mão SBCM, cita a CBHPM que deve ser atualizada continuamente, porém observa a falta de sua adoção na prática. Fala da necessidade de envolvimento maior da ANS para atualizar a respectiva TUSS.

Dra. Maria do Socorro Mendonça de Campos, da Associação Brasileira de Cirurgia Pediátrica, cita a importância da Comissão Nacional de Saúde Suplementar COMSU, formada pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), Associação Médica Brasileira (AMB) e Federação Nacional dos Médicos (FENAM) e do reforço das atividades das Comissões Estaduais de Honorários Médicos. Cita a falta de força política, inclusive pelo piso salarial do médico que é baixo quando comparado a outro profissional liberal de nível superior, como os engenheiros.

Dr. Marcelo Matos Cascudo, da Associação Médica do Rio Grande do Norte AMRN, sugere fortalecer o entendimento jurídico da AMB e Federadas sobre negociação com as operadoras de planos de saúde. Citou as ações do CADE na Associação Médica do Estado com multa de altos valores.

Dr. Bruno Naves, da Sociedade Brasileira de Angiologia e Cirurgia Vasculare SBACV, cita a importância do fortalecimento do IBDM.

Dr. Carlos Henrique Mascarenhas Silva, da Associação Médica de Minas Gerais AMMG, sugere procurar dialogar com quem paga a conta na saúde suplementar, isto é, as empresas e instituições como a Confederação Nacional da Indústria CNI, o FIESP, a OAB, Associação de Engenheiros, entre outras, que comprem os serviços das operadoras, estas que são os intermediadores e interlocutores dos serviços médicos.

Dra. Marjorie Mota, da Associação Médica Cearense AMC, propõe que os médicos e entidades médicas se unam no que tem de igual. Sugere a realização de uma pesquisa para se saber: “o que deseja o doutor?”. E sugere envolver neste movimento as cooperativas médicas, e usar a “classe forte” com profissionalismo.

Sr. João Fernandes, do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, questiona se haverá reuniões com todos além do “núcleo duro” citado pelo Dr. Macedo. O Diretor de Defesa Profissional da AMB responde que haverá sim reuniões periódicas da Defesa Profissional com todos os representantes, provavelmente de forma mensal e extraordinárias, quando necessárias.

Dr. Emílio Cesar Zilli, da Sociedade Médica do Estado do Rio de Janeiro SOMERJ fala da importância da CBHPM e que devemos analisar o que deu resultado e o que não deu certo até então, focando em ações propositivas para melhoria constante.

Dr. Victor Gianvecchio, da Associação Brasileira de Medicina Legal e Perícias Médicas ABMLPM, pede ajuda para o uso da CBHPM nos procedimentos realizados pela sua Especialidade que envolve outros órgãos que não os planos de saúde, como o Judiciário e o Governo.

Dr. Rafael Kaliks, da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica SBOC, cita a necessidade de se conhecer não só o número de faculdades de medicina, como também índices de número de formando sobre a população, sobre a necessidade de médicos, número de especialistas, número de vagas de residência médica. Qual a necessidade real? Mapear a situação. Cita o exemplo da Oncologia Clínica com o surgimento de muitas vagas para formação do Especialista. Em alguns anos pode haver mais Especialistas na Oncologia Clínica do que o necessário.

Dra. Patrícia Veiga Mello, da Associação de Medicina Intensiva Brasileira AMIB, falou da importância do trabalho médico e da sua valorização, em especial dos Intensivistas que estão tendo grande atuação nesta pandemia.

Sem mais assuntos a tratar, Dr. César Fernandes e o Dr. Macedo encerram a reunião agradecendo da presença de todos.

Calendário reuniões da Comissão de Defesa Profissional da AMB

Coordenação: Diretoria de Defesa Profissional AMB
Diretor de Defesa Profissional AMB - Dr. José Fernando Macedo

Horário: 19:30 - 21:00
Plataforma Web

Dia 18/03/2021 - quinta feira
Dia 15/04/2021 - quinta feira
Dia 20/05/2021 - quinta feira
Dia 17/06/2021 - quinta feira
Dia 15/07/2021 - quinta feira
Dia 19/08/2021 - quinta feira
Dia 16/09/2021 - quinta feira
Dia 21/10/2021 - quinta feira
Dia 18/11/2021 - quinta feira
Dia 16/12/2021 - quinta feira

Obs.1: sujeito à alteração, podendo haver reuniões extraordinárias.

Obs.2: reuniões presenciais também poderão ser agendadas conforme possibilidade e disponibilidade.